



Vigilantes de Sergipe iniciam negociação salarial 2017



Assembleia geral para campanha salarial 2017 dos vigilantes de Sergipe

Reunidos em Assembleia Geral na sede do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Sergipe, os Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança, Transporte de Valores deliberaram a pauta de reivindicação que será levada aos empresários, visando o Acordo Coletivo de Trabalho do ano de 2017.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Sergipe, Reginaldo Gonçalves abriu a Assembleia saudando e agradecendo a presença dos Vigilantes, ressaltou ainda a importância do comparecimento da categoria nestes momentos, fortalecendo a luta da categoria por melhorias salariais e das condições de trabalho da categoria.

Após um amplo debate entre os participantes, onde foram discutidos vários temas de interesse dos trabalhadores, a categoria presente aprovou uma proposta de reajuste salarial equivalente a 17% (Dezessete por cento) sobre o salário base e ticket refeição de R\$ 20,00 (Vinte reais) por dia trabalhado, além das cláusulas econômicas, itens como manutenção da data

base e pagamento da reciclagem como hora extra, serão mantidas para a próxima Convenção Coletiva de Trabalho, a minuta aprovada pelos trabalhadores será agora enviada ao patronal ainda nesta semana.

“Anualmente temos que negociar com os patrões o reajuste salarial, além das condições de trabalho, este ano promete uma negociação muito dura, tendo-se em vista a situação política vivenciada pelo Brasil, vivemos uma instabilidade política que está afetando diretamente todas as categorias, em especial a nossa, sendo assim, enaltecemos a necessidade dos Vigilantes se fazerem presentes nas Assembleias, participando ativamente das decisões da nossa categoria”, comentou o Presidente do Sindicato Reginaldo Gonçalves.

A próxima Assembleia da categoria será realizada assim que o patronal responder a proposta de minuta aprovada em Assembleia pelos trabalhadores.

[Ascom/Sindivigilante-SE](#)

Em ofício à presidente do STF, Ministros do TST lamentam declarações de Gilmar Mendes

Os Dezoito ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) encaminharam, nesta sexta-feira (28/10), à presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, ofício no qual lastimam as declarações do ministro do STF Gilmar Mendes sobre o TST e manifestam “desconforto profissional e pessoal” sobre o episódio. Na semana passada, durante palestra, o ministro Gilmar Mendes, entre outros pontos, afirmou que o TST desfavorece empresas em suas decisões e que sua composição advém de modelo sindical.

No ofício, os ministros lastimam o modo “desprimoroso e preconceituoso” das declarações e afirmam que esperam de um ministro do STF, por suas elevadas responsabilidades, “tratamento respeitoso e cortês, aliado à temperança verbal e de conduta”. Os ministros também repudiam as conotações de parcialidade em desfavor do capital que Gilmar Mendes atribuiu aos TST. Segundo os ministros, as declarações nesse aspecto são injustas e “decerto fruto de desinformação” ou “má informação”.

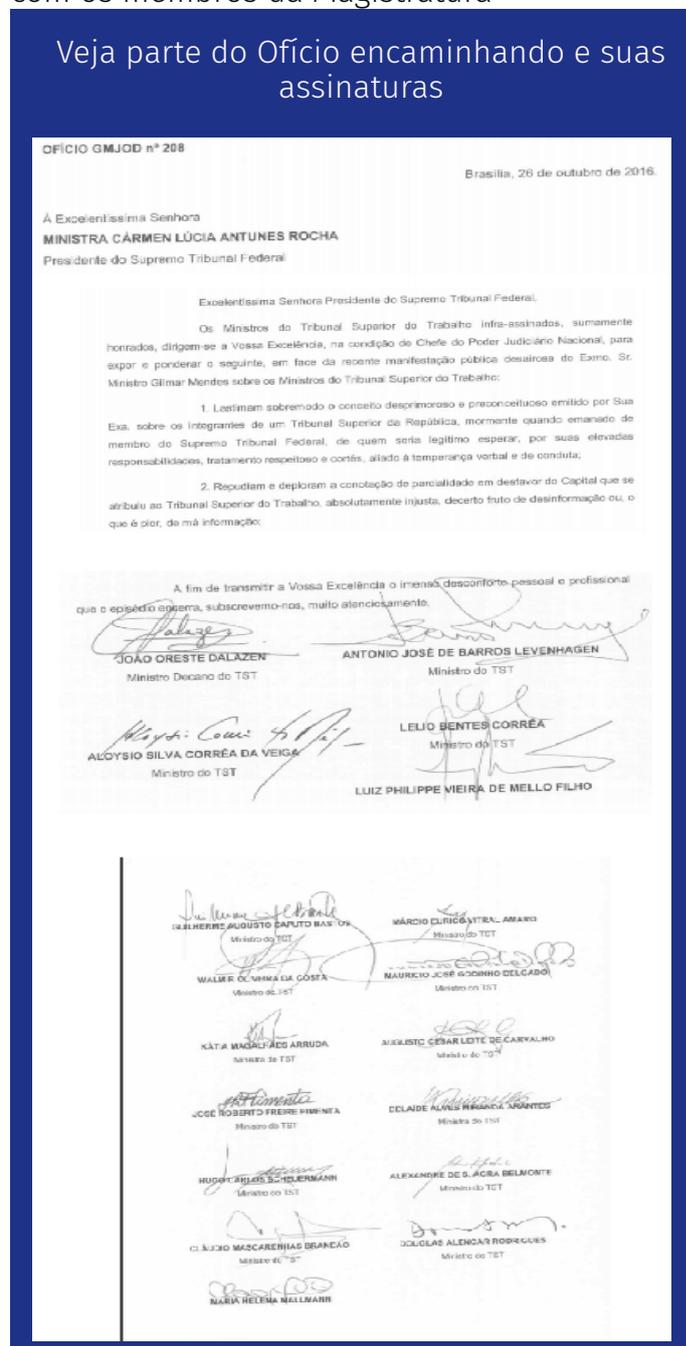
Para os magistrados, o teor das declarações do ministro Gilmar Mendes não eleva e em nada modifica as instituições, desprestigiando e enfraquecendo o Poder Judiciário e cada um de seus juízes, prestando-se a solapar o Estado Democrático de Direito. “O limite da autoridade, máxime judiciária, em qualquer nível, repousa na lei e na razão. O respeito, a tolerância e o juízo devem pautar as relações entre as instituições e as pessoas em uma sociedade civilizada, até por uma imposição da inteligência”, ressaltam no documento.

Ministros – Assinam o documento os seguintes ministros: João Oreste Dalazen, Barros Levenhagen, Aloysio Corrêa da Veiga, Lelio Bentes Corrêa, Luiz Philippe de Mello Filho, Caputo Bastos, Márcio Eurico Amaro, Walmir da Costa, Maurício Godinho, Kátia Arruda, Augusto César de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Arantes, Hugo Scheuermann, Alexandre Belmonte, Cláudio Brandão, Douglas Rodrigues e Maria Helena Mallmann.

Fonte4: <http://www.anamatra.org.br/index.php/noticias/em-nota-anamatra-critica-nova>

Nota pública – Na semana passada, a Anamatra emitiu nota pública sobre o episódio, afirmando que as declarações do ministro Gilmar Mendes revelavam elevado grau de desconhecimento sobre a Justiça do Trabalho, sua jurisprudência dominante, a estrutura do TST, bem como não primavam pela observância da cortesia e uso da linguagem respeitosa para com os membros da Magistratura

Veja parte do Ofício encaminhando e suas assinaturas



O Brasil vai parar dia 11 de novembro

CUT conclama trabalhadores a paralisarem por nenhum direito a menos



Direção Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), reunida nesta quarta-feira (26) em Brasília, reafirmou o dia 11 de novembro como Dia Nacional de Greve e Paralisações, organizado pela CUT em conjunto com as demais centrais sindicais e diversas entidades dos movimentos sociais que compõem as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

Durante a reunião, dirigentes das entidades CUTistas que representam os mais diversos ramos e categorias profissionais atualizaram o quadro organizativo das ações previstas nos estados, deram informes sobre o andamento das assembleias e plenárias que estão sendo realizadas nas bases e que vários setores já sinalizaram positivamente para paralisação no dia 11.

A Executiva também reafirmou os eixos que levarão às ruas de todo o País:

Contra a PEC 241 que congelará por 20 anos os investimentos em serviços públicos essenciais à população, especialmente nas áreas da Saúde (Sistema Único de Saúde) e Educação (pública e

gratuita), até o não reajuste do Salário Mínimo, que atinge especialmente os aposentados.

SAÚDE: A medida atingirá em cheio o atendimento do SUS. Programas como o Saúde da Família, remédio grátis - especialmente os de alto custo -, o SAMU, medidas de prevenção e combate à dengue, zika e chikungunya, tratamento e prevenção do HIV e DSTs, gripe H1N1, campanhas de vacinação e outros serviços serão gravemente afetados por falta de investimento do atual governo. Isso afeta também os hospitais públicos, além dos convênios com as Santas Casas e hospitais filantrópicos.

EDUCAÇÃO: Vai faltar dinheiro para construção, manutenção e reforma de escolas e creches; os salários dos professores ficarão congelados e não haverá novas contratações. Material e uniforme gratuito, merenda, transporte escolar serão cortados ou reduzidos. Programas como Fies e o Pronatec estão suspensos e não terão novos contratos. O governo ilegítimo acabou com o Ciência sem Fronteiras, bolsas para estudantes e pesquisadores, e cortou quase pela metade

